



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias  
Bloco de Esquerda

Exmo. Sr.  
Eng<sup>o</sup> Carlos Moedas  
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

## **Requerimento**

### **Sobre novas informações do relatório do GPIAF relativas ao acidente com o Ascensor da Glória**

Considerando que:

No dia 3 de setembro de 2025, ocorreu um acidente grave com o Ascensor da Glória, envolvendo o descarrilamento e colisão da cabina n.º 1, que resultou em 16 vítimas mortais, 13 feridos graves e 9 feridos ligeiros;

O relatório preliminar do GPIAAF, publicado a 20 de outubro de 2025, identificou que o cabo de tração/equilíbrio instalado não estava certificado para transporte de pessoas, não era adequado para uso com destorcedores e não cumpria as especificações técnicas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (CCFL);

A zona onde ocorreu a ruptura do cabo não era passível de inspeção visual, e a fixação do cabo foi feita com recurso a um método empírico, sem norma escrita, controlo de qualidade ou testes de verificação;

A manutenção do Ascensor da Glória estava subcontratada à empresa MNTC, sendo realizada por técnicos sem formação técnica específica, com registos de manutenção que não correspondiam às tarefas efetivamente realizadas, e sem supervisão técnica especializada;

O sistema de freio das cabinas, embora tenha atuado automaticamente após a rotura, não foi eficaz para imobilizar o veículo, não existindo cálculos ou testes que comprovem a sua capacidade de frenagem;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias  
Bloco de Esquerda

O Ascensor da Glória não está sujeito a supervisão técnica independente, por ter sido considerado uma instalação de interesse histórico, ficando fora do âmbito da legislação europeia e nacional aplicável ao transporte por cabo;

A Carris demitiu o diretor de manutenção na sequência do relatório preliminar e admitiu publicamente que a empresa de manutenção poderá não ter cumprido o contrato, reconhecendo falhas graves nos processos internos de controlo e supervisão;

A situação atual revela lacunas graves na regulação, supervisão e segurança dos sistemas de transporte público histórico da cidade de Lisboa, com riscos evidentes para os utentes e transeuntes;

Considerando ainda que,

Foi noticiado que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa terá recebido uma carta da Comissão de Trabalhadores da Carris pedindo uma reunião a 20 de novembro de 2023 para dar conta de problemas graves na segurança da operação da Carris. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa não terá reunido com os trabalhadores.

Essa informação contradiz toda a informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da Carris, que por diversas vezes afirmaram que nunca tinham recebido informação dos trabalhadores.

Que se confirmou ter existido um acidente no elevador da Glória a 3 de outubro de 2024, facto que tinha sido desmentido há dias, e que, segundo a reportagem, agora é assumido pela Administração da Carris, tendo mesmo havido uma reunião entre dirigentes sindicais e membros da Carris a 31 de janeiro de 2025. Deste acidente nada se sabe e não se conhece qualquer relatório, ao contrário do que aconteceu no incidente de 2018, que foi alvo de relatório interno da Carris, tendo mesmo sido noticiado.

Que a 13 de outubro de 2025, por iniciativa da oposição e um dia depois das eleições autárquicas, foi realizada uma reunião de câmara onde nem o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nem a Carris esclareceram qualquer destas questões ou deram informação sobre o que agora agora foi expresso no



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias  
Bloco de Esquerda

relatório do GPIAF de 20 de outubro, ou sobre o despedimento do diretor da manutenção do modo elétrico.

O Bloco de Esquerda considera estas novas informações extraordinariamente graves visto que apontam para uma incapacidade total da Carris de garantir a segurança dos passageiros e falta de transparência do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

**A Vereadora do Bloco de Esquerda na Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 35º da lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei, de 26 de maio, vem requerer a V.Exª que se digne a responder às seguintes questões:**

- 1) Que promova, com caráter de urgência, uma revisão técnica e legal do enquadramento dos sistemas de transporte histórico sob sua jurisdição, nomeadamente os ascensores e elétricos;
- 2) Que exija à CCFL a revisão dos seus procedimentos internos de aquisição, manutenção e supervisão técnica, com especial atenção aos componentes críticos para a segurança;
- 3) Que assegure, em articulação com o Governo e o IMT, a implementação de um regime de supervisão técnica independente para todos os sistemas de transporte público histórico em operação na cidade;
- 4) Que promova a transparência na comunicação com os munícipes, divulgando publicamente as medidas corretivas adotadas e os resultados das investigações em curso;
- 5) Que garanta que nenhum equipamento será repostado em funcionamento sem a devida certificação técnica e validação por entidade idónea e independente.
- 6) Que indique se, apesar de todas as falhas que são apontadas no relatório do GPIAF, mantém a confiança na Administração da Carris



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias  
Bloco de Esquerda

Lisboa, 21 de outubro de 2025

A Vereadora

Beatriz Gomes Dias